

**Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo. Raquel Glezer.  
São Paulo, Ed. Alameda, 2007, 187 páginas.**

Denise A. Soares de Moura\*

---

No tempo da colônia e do Império no Brasil as terras que formavam as cidades, diferenciando-se das rurais, eram chamadas “chão de terra”. A expressão dá título à reunião de ensaios escritos por Raquel Glezer nos anos 1990 e que problematizam e refletem sobre o fenômeno urbano e o modo como foi idealizada e contada a história da vila e cidade de São Paulo ao longo de gerações.

A obra está dividida em duas partes. Na primeira, encontra-se a pioneira e ainda única investigação histórica de conhecimento no meio acadêmico sobre a posse e propriedade da terra urbana. Na segunda, intitulada “Outros ensaios”, três textos discutem a cidade de São Paulo como objeto espacial e abstrato no imaginário local e nacional e as transformações econômicas e físicas que ocorreram em seu território no intervalo que vai da colônia ao século XX.

Ao longo das quase 200 páginas do livro, a cidade de São Paulo norteia a discussão sobre pesquisa histórica, fenômeno urbano no período colonial e sua distinção do rural e os discursos ideológicos, seus impactos e finalidades.

O primeiro ensaio, defendido como tese no Concurso de Livre Docência em Metodologia da História na Universidade de São Paulo em 1992, focaliza especialmente este tema ainda obscuro como o da terra urbana, embora exista vasta historiografia sobre cidades ou questões fundiárias no Brasil.

A leitura desta produção historiográfica fez a autora concluir que, na história do Brasil, a força dos referenciais rurais, como a grande propriedade fundiária, a produção agro-exportadora, o engenho, a fazenda, o sítio, impediu o surgimento de reflexões, estudos e investigações sobre a terra urbana, que também sofreu disputas, litígios judiciais e apropriações ilegais tal como ocorreu no meio rural.

---

\* Professora Doutora, Dep, de História da UNESP, Campus de Franca.

Na legislação colonial e do Império, Raquel Glezer percebeu várias diferenças entre a terra rural, chamada sesmaria e a terra urbana ou “chão de terra”. A terra rural era concedida pelo rei ou autoridades régias, para exploração e era livre de “foro” até o final do século XVII. O solicitante da sesmaria deveria preencher certos requisitos como ter capital e situação social adequada para investir no terreno adquirido.

Os “chãos de terra” eram doados pela Câmara, que tinha jurisdição legal, jurídica, militar, econômica e administrativa sobre um “termo”, uma área extensa que tinha no mínimo seis léguas ou 36 km. A instituição podia conceder terras para exploração e moradia, gratuitamente ou através de “foro”, do qual tirava parte dos seus rendimentos. As medidas e as justificativas para obtenção das sesmarias e dos “chãos de terras” também eram distintas.

Ao pesquisar a legislação e o sistema tributário do Império a autora percebeu ainda uma realidade complicada e ambivalente de afirmação, preservação e convivência de poderes coloniais e da nova ordem política pós-independência.

A décima urbana, imposto aplicado sobre os prédios urbanos e criado por alvará em 1808, foi uma forma de afirmação de um poder novo, a Corte interiorizada, pois era um tributo cobrado em área municipal, mas subordinado à Junta da Real Fazenda.

Por outro lado, foi um tributo que as autoridades régias aplicaram com certa cautela, procurando manter as demarcações urbanas anteriores e assegurando que as Câmaras deveriam ser sempre ouvidas em quaisquer decisões sobre as edificações e terrenos da cidade.

A lei de terras de 1850, por sua vez, já em plena vigência do Império, conservou a área de seis léguas de domínio camarário, o direito de concessão da terra pela Câmara, o direito de aforamento e a “terra de uso comum”, ou seja, de uso coletivo dos habitantes.

Em “Chão de terra” o leitor toma conhecimento de que nas cidades coloniais da América Portuguesa existiram tensões por indefinição de limites similares ao do mundo rural. Termo e rossio significavam limites específico se com funções distintas. O rossio era o núcleo central e seus arredores, com

cerca de seis léguas tradicionalmente de uso comum dos habitantes da vila e cidade, normalmente cedido somente para moradia ou aforado.

Como a cidade de São Paulo não teve foral de criação, constantemente termo e rossio eram confundidos. Assim como o termo da cidade era bem irregular, mudando constantemente, a Câmara cedia “chãos de terra”, para uso particular, em áreas do rossio, o que causava vários desentendimentos e conflitos entre os habitantes. Esta situação é explicada pelo distanciamento dos oficiais régios e pelo desconhecimento do conteúdo da lei contida nas Ordenações.

Na segunda parte do livro, São Paulo deixa de ser um espaço geográfico com históricos problemas fundiários para se tornar um objeto de investigação, portador de uma tradição historiográfica que construiu um imaginário sobre a cidade. O primeiro ensaio desta parte discute algumas formas de análise historiográfica sobre São Paulo, os focos escolhidos pelos autores e seu impacto local, nacional, na oligarquia do estado e nos meios dominantes centrais.

Uma destas análises é a que confundiu a cidade e o Estado, totalizando uma espacialidade tão diversificada como a do território paulista. Por muito tempo a própria história de alguns processos em São Paulo, como a industrialização ou a transição do trabalho escravo ao livre homogeneizou a história do Brasil.

Segundo a autora, as análises sobre São Paulo estiveram presas a uma linha temática rigidamente obedecida, começando com a chegada de Martim Afonso de Souza, seguindo pela penetração dos bandeirantes nos sertões, as lavouras de açúcar e café e culminando com o status de centro financeiro, cultural e de organização dos movimentos sociais alcançados pela cidade no século XX.

O mito fundador norteou boa parte das análises sobre São Paulo, protagonizado pela figura do bandeira: desbravador, valente, fundador. As análises ainda associaram obsessivamente São Paulo à vanguarda.

Conforme admite a autora, esta atitude analítica pode ser observada na historiografia e no imaginário sobre o objeto São Paulo, o que pode inclusive ter impedido a formação de uma literatura regional paulista

Denise A. Soares de Moura

expressiva, ter impedido a formação de uma literatura regional paulista expressiva, pois São Paulo foi naturalmente vinculada a cosmopolitismo.

O ensaio que segue a este primeiro, intitulado “O campo da História”, toca justamente no papel da oligarquia do café na elaboração deste imaginário em torno deste imaginário impregnado do novo, da novidade, do monumental, da renovação, da transformação, o que influenciou a própria relação das autoridades políticas na e, em relação à cidade. A força das imagens do novo, da vanguarda e da modernidade explicam, como sugere a autora, o deslocamento do símbolo emblemático da cidade para a Avenida Paulista nos anos 80 do século XX.

O terceiro e último ensaio da segunda parte do livro combina análise do discurso histórico e transformações urbanas na cidade de São Paulo entre o final do século XIX e ao longo do XX.

Novamente é destacado o papel das elites na elaboração de um passado paulista glorioso, protagonizado por homens destemidos e empreendedores como os bandeirantes. A ausência de um passado colonial visível na cidade, como acontece em Minas Gerais e Bahia, levou a elite cafeeira a inventar um passado para a vila, passado adjetivado, que assegurou identidade e história local diante da ameaça dissolvente de uma presença italiana que somava 50% da população residente na cidade.

“Chão de terra”, 16 anos depois de vir à tona na academia ainda conserva atualidade e é um alerta para a necessidade de se estudar um problema histórico e que peculiariza a história do Brasil e da América Portuguesa, sabendo-se que em Portugal e em toda a Europa não existia divisão entre terra urbana e rural.

Entender o problema desta divisão no período colonial e sua manutenção no Império pode responder à dúvidas sobre a natureza do poder e a estratégias dos grupos dominantes para preservar espaços de autoridade.

O controle da terra pela câmara, a inexistência de uma legislação fundiária urbana e o crescimento territorial e populacional da cidade de São Paulo podem também explicar o descontrolado e desregrado processo de ocupação de suas áreas limítrofes, muitas até zonas de mananciais e a

especulação de terrenos que deram origem aos residenciais de luxo em área de antiga ocupação indígena.

Se esta primeira parte da obra ainda é terreno a ser desbravado pela historiografia, a segunda aborda temas já bem desenvolvidos. Na ocasião em que estes ensaios foram escritos, a produção historiográfica paulista contava apenas com a tese, muito lida e citada, de Kátia Abud, “O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições” (1985), que dissecava as imagens que permeiam o discurso sobre a cidade. Atualmente destacam-se os trabalhos de Antonio Celso e Tânia Regina de Luca, dentre outros.

A constatação da autora de que a legislação do século XIX sobre os terrenos e edificações urbanas e a terra rural não aboliu situações próprias da colônia, como as ingerências da câmara, hoje é melhor compreendida diante da vasta historiografia nacional e estrangeira sobre o poder no Império Colonial Português e no período de sua crise.

Em vários momentos de sua análise, a autora chama atenção para a especulação imobiliária do século XX como fator de transformação da área da cidade. Este processo, contudo, pode ser retrocedido ao final do século XVIII e início do XX.

As vereanças da Câmara e as várias petições e ofícios reunidos nos papéis encadernados na série Papéis Avulsos, parte do acervo documental do Arquivo Municipal da cidade, instalado na Av. Tiradentes, mostram a antiguidade deste processo especulativo, associado à valorização e especulação da terra urbana promovida pela intensificação dos negócios mercantis na capitania de São Paulo e na vila de Santos.

A discussão da autora sobre as imagens e os focos analíticos da cidade, especialmente no que diz respeito ao mito fundador, estimula a lembrança do importante texto de Sérgio Buarque de Holanda, *Movimentos de população em São Paulo no século XVII* (1969). Um intelectual carioca que realmente compreendeu a *civilização paulista* através de obras essenciais, como “Monções” e “Caminhos e Fronteiras”, e que neste texto do primeiro volume da Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), instituição que ajudou a fundar, insistiu na imagem fundadora da cidade, sangrada em muitas vilas, pela andança do bandeirante, até a zona aurífera.

Denise A. Soares de Moura

Importante, neste caso, para reforçar o argumento da autora sobre o mito fundador é invocar os Andradas da vila de Santos, mas apontados como de São Paulo, mentores da nova ordem política pós-independência e a semana de arte moderna de 1922, tida como fundadora da modernidade.

A idéia lançada pela autora de que o discurso sobre a cidade impossibilitou o surgimento de uma literatura regional importante pode ser ampliada pela constatação de que intelectuais paulistas anticosmopolitas, que escreviam movidos pelo espírito preservacionista das autênticas tradições do meio, diante da presença maciça na cidade de finais do XIX de imigrantes europeus e especialmente italianos, não alcançaram reconhecimento e receberam a denominação, empregada com significação menor, de folcloristas. A imagem de uma São Paulo caipira e rural não combinava com a da metrópole moderna que as elites cafeeiras associadas à imprensa da época queriam enfatizar.

Do mesmo modo, a mudança espacial dos símbolos da cidade, da Sé para a Avenida Paulista, pode ser explicada pelo processo de degradação do centro, cujo ápice ocorreu nos anos 80 do século XX, com o abandono das construções históricas e a transferências de instituições públicas e bancárias para outras áreas.

A praça da Sé, marco inicial da cidade, rodeada de edificações deterioradas e ocupada por crianças, mulheres e homens em condição de abandono, criminalidade e mendicância não correspondia mais à imagem da modernidade e do novo.

Todo este conjunto de problemas e temas mostram que o livro “Chão de terra” não é obra de interesse apenas para historiadores, mas para urbanistas, sociólogos, antropólogos e aqueles que vêm trabalhando para revitalizar as áreas centrais das cidades.

A autora é professora no Departamento de História da Universidade São Paulo e este livro expressa bem sua trajetória na metodologia de pesquisa, que já formou pelo menos três gerações de historiadores. Nos seus ensaios, São Paulo é um objeto construído sob certas perspectivas e tradições, podendo ser ainda pensado sob novas temáticas e ângulos.

Recebido em out./ nov. e aprovado em jan. de 2009.